



RESOLUÇÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA DE MINAS GERAIS

1. O ano de 2020 trouxe um maior acirramento da crise capitalista e ataques frontais à classe trabalhadora em todo o mundo, em meio a pandemia do novo coronavírus. Na atual conjuntura, vivenciamos três crises, a crise financeira, a crise sanitária e a crise política. Aliado a isso temos que resistir a dois vírus, o Covid-19 e o Covid-17, sendo esse último o responsável por todas as mazelas que sem impõem aos excluídos (as) e explorados (as). Desde o golpe de 2016, o Brasil tem vivido uma intensa retirada de direitos básicos, sendo Bolsonaro e Zema representantes da política neoliberal que prezam pelo desmonte da estrutura estatal e do favorecimento dos grandes patrões e empresários em troca das garantias mínimas da população. O atual cenário tem mostrado a cara mais perversa da elite brasileira, que age com covardia para lucrar sobre um cenário de completo desastre. Isso fica constatado quando o governo fascista de Bolsonaro, na crise sanitária, libera 1,2 trilhões de reais para o sistema financeira (leia-se bancos), o qual não precisa de investimentos e aportes públicos, em detrimento das necessidades dos menos favorecidos, destinando a classe trabalhadora um mísero auxílio emergencial. Assim, a AEMG (Articulação de Esquerda de Minas Gerais) se posiciona contra os ataques aos trabalhadores e por uma política alternativa à catástrofe neoliberal. Em tempos de guerra, é cada vez mais necessário gritar Fora Bolsonaro, fora Mourão, fora Zema, seus governos e suas políticas!

2. No desgoverno Zema, os psdbistas são marca registrada no comando do estado de Minas Gerais, e quando não, um grupo de neoliberais toma conta da gestão fracassada e desumana do governador. Esse governo é marcado pelo total desrespeito a classe trabalhadora, tendo um projeto baseado no entreguismo dos bens públicos ao mercado privado, na tentativa de transformar o Estado em uma empresa. Descrever o governo Zema nada mais é que relatar o despreparo dessa gestão nas diversas áreas, tais como, meio ambiente, saúde, educação, moradia, desvalorização do serviço público e outros.



3. A pandemia causada pelo “novo coronavírus” tem sido devastadora no Brasil. A opção política pela estratégia da imunização de rebanho (exposição ao vírus de 70% da população do país) tem se mostrado catastrófica. Não surpreende que o ultraliberalismo necropolítico vigente esteja levando a cabo o darwinismo social. Os governos de Jair Bolsonaro e Romeu Zema, desde o início da pandemia, trabalham contra o protocolo de isolamento social de diversas maneiras. Tal política genocida tem penalizado ainda mais a classe trabalhadora, aprofundando a crise social que já estava estabelecida bem antes do início da pandemia. Portanto, a AEMG entende que defender o isolamento social e a vida é um ato revolucionário.

4. No que tange à saúde, seguimos sem controle, sem políticas voltadas para proteção e segurança da população. A pandemia da Covid-19 já alcançou a triste marca de mais de 100 mil mortos no Brasil e contaminou mais de 3 milhões de brasileiros. O governo de Minas Gerais segue a mesma necropolítica do presidente da república, chegando a ser mais cruel com os mineiros. Governando para empresários, Zema segue fechando hospitais, leitos, ambulatórios, serviços de assistência essenciais para a população que necessitam dos serviços públicos. Existem comitês e planos criados que demonstram despreparo e falta de interesse no controle e não avanço da pandemia, comitês que não incluem a participação da comunidade e nem dos trabalhadores. Com a diminuição dos recursos para a saúde em Minas Gerais desde o desgoverno golpista do Temer o desmonte do SUS (Sistema Único de Saúde) é constante. O governo de Minas até o momento não apresentou nenhuma medida de proteção efetiva à sociedade, nem para a população em condições de vulnerabilidade, nem para os menos favorecidos socialmente. Apresenta a reforma da previdência estadual, que deseja aprovar a todo custo. Uma reforma que preserva os grandes capitais e torna a vida mais penosa para os pobres e para os trabalhadores estaduais. Existe um deficit na atualização dos novos casos de contaminados pela Covid-19 no Estado. Não existe testagem na população nem nos trabalhadores da saúde, não prosseguem com investigações epidemiológicas, com monitoramento sanitário, e pior, a atenção primária e as especialidades são reprimidas. Filas gigantescas de cirurgias eletivas estão se formando. Falta EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), falta informações; é uma “fartura de falta de quase tudo” na saúde mineira, demonstrando a desarticulação do governo mineiro no combate e prevenção da Covid-19.



5. A ausência de uma política habitacional para os excluídos e explorados vem se acentuando desde o império, passando pelo estado novo e chegando até os dias atuais, uma total violação de direitos. No império, os primeiros a enfrentarem essa situação foram os negros e negras, ora fugindo das fazendas onde eram mantidos como escravos e deram início as primeiras ocupações de terras chamado de Quilombos. Terras essas que também sofreram severos ataques do império, e ora outros negros e negras ocupando as periferias das cidades, já que embora libertados nada lhes fossem oferecidos para a nova vida e sobrevivência. Essa situação, embora com alguns avanços conquistados pelos movimentos, perduram até os dias atuais. Dos 8.553 municípios brasileiros, não chega a 5% os que tem a habitação como política prioritária e a maioria depende do governo federal que por sua vez, nos últimos anos, acentua a exclusão através da PEC da morte, que congela por vinte anos investimentos em políticas públicas. Como resultado dessa nefasta política, só resta aos sem tetos do país dar função social aos imóveis vazios e subutilizados através de ocupações que lhes garantam um pouco de dignidade humana. Porém, assim como nossos irmãos e irmãs negros e negras do passado que nos apontaram que a saída consiste na luta, os sem tetos de hoje vivenciam dia a dia a incerteza de permanecerem nos locais ocupados. Sofrem constantemente o ataque do estado com a reintegração de posse perpetrada pelos latifundiários ou pelo poder executivo em qualquer dos seus níveis (municipal, estadual e federal) e assim são despejados, jogados nas ruas sem quaisquer ajuda de políticas sociais. A AEMG reafirma e defende o retorno do SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), e em especial a alocação de recursos para o Faixa 1, destinado ao atendimento da população mais pobre e de maior vulnerabilidade, que se situam na faixa de 0 a 1.800 reais. Ressaltamos nossa posição contra a Medida Provisória 995/2020, que possibilita a privatização da Caixa, o que configura um ataque à maior operadora das políticas sociais e assistenciais dirigidas principalmente à população de baixa renda e em particular na questão da política habitacional de interesse social.

6. Na área ambiental, ainda no início da gestão Zema, tivemos o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho, produzindo o segundo maior crime ambiental do Brasil, crime este em que houve o maior desastre humano, com mais de 250 mortes, pessoas ainda



desaparecidas e centenas de famílias desabrigadas que tiveram suas vidas arrastadas pela lama da Vale, numa tragédia causada pela irresponsabilidade da Vale e do Estado, por não garantir efetiva fiscalização. Lembramos também que esse crime é uma das várias consequências do projeto neoliberal, que visa somente o lucro e a exploração da classe trabalhadora e das reservas ambientais . A partir do crime ocorrido em Brumadinho foram detectadas várias outras barragens em risco de rompimento. Atualmente, 25 estruturas em 11 municípios mineiros estão em situação de risco, sendo 4 delas em risco iminente de colapso, provocando temores nas populações vizinhas. A Vale, proprietária majoritária destas barragens, vem gerindo a situação com adiamentos em relação à divulgação dos mapas das áreas com reais possibilidade de serem atingidas, e mais recentemente iniciou o corte de parte das medidas compensatórias devidas às populações atingidas. Tudo isso nas barbas do governo Zema e Bolsonaro que simplesmente abandonaram a população e o meio ambiente nas mãos das mineradoras. É a expressão máxima do momento atual em que se encontra o capitalismo: as grandes empresas mandam mais que os Estados. E como se não bastasse, destacamos, que mesmo com esse caso, dentre vários outros, o governo Zema se mantém na defesa sistemática da flexibilização das leis ambientais.

7. Quando se trata das mulheres, a situação se torna mais grave, pois as mulheres, que necessitam de um estado forte, que esteja atento à demanda da população feminina, fica totalmente desamparada pelo governo. O desmonte do Estado e das políticas públicas sociais ataca em cheio a essa enorme parcela da sociedade, que depende muitas vezes da sua força de trabalho para sustentar a família e se auto sustentar. A falta de políticas públicas para as mulheres é reflexo de um governo machista, baseado no modelo patriarcal, que não entende o papel da mulher na sociedade. A opressão de gênero faz parte da estrutura do modelo aplicado pelo governo Zema. Sendo assim, nós, mulheres mineiras, buscamos uma sociedade socialista, pois só através dela conquistaremos a equidade, responsabilidade e acima de tudo que varra da sua estrutura a opressão de gênero e os governos fascistas e machistas. Precisamos fortalecer o movimento feminista, para que posamos enfrentar os ataques da direita conservadora.



8. No que diz respeito à população LGBTI+, a situação é ainda pior. Em recente pesquisa divulgada pelo coletivo “#VoteLGBT”, coordenada por professores da UFMG e da Unicamp, mostra que os três maiores efeitos da pandemia são o agravamento da saúde mental, o afastamento de redes de apoio e a ausência de fonte de renda. Casos como crises de pânico, ansiedade e depressão tem ampliado a vulnerabilidade emocional e psíquica de pessoas LGBTI+, especialmente nos mais jovens. A necessidade de cumprir o isolamento no âmbito familiar fez crescer a violência contra esse grupo, já que conflitos com familiares que não respeitam o gênero e sexualidade fora do padrão heteronormativo são recorrentes. Neste sentido, o enfraquecimento de redes de apoio às pessoas LGBTI+ é consequência direta da marginalização no ambiente familiar. Com restrições de convívio social, a solidão parece ser o único destino do sujeito LGBTI+. Em relação ao emprego e a renda, a comunidade LGBTI+ sofre com uma taxa de desemprego de mais de 21%, o que nos mostra que o acesso ao mercado de trabalho desse grupo é ainda mais limitado. Segundo a mesma pesquisa citada acima, “24% dos participantes perderam emprego devido à pandemia. Caso perdessem sua fonte de renda, 40% das pessoas LGBTI+ e 53,3% das pessoas trans afirmaram que não conseguiriam sobreviver por mais de um mês”. Portanto, a “quarentena dentro da quarentena” tem significado para pessoas LGBTI+ a piora das fragilidades pré-existentes pois a rotina de medo e distanciamento é cotidiana e se estende por toda a vida da pessoa. Se para muitos o fim da pandemia significaria poder sair na rua sem ameaça constante de morte, para a população LGBTI+ esse privilégio não existe, pois o vírus da LGBTIfobia continuará existindo. Um vírus que também é muito fomentado e estimulado pelos governos genocidas que regem nosso país e nosso estado no momento.

9. A situação da classe trabalhadora em Minas Gerais é dramática. Além da ausência de qualquer política estadual de auxílio econômico àqueles que vivem do próprio salário, a taxa de desemprego dispara e é uma das maiores do país, o que contribui com a concentração de renda e a precarização do trabalho pela economia informal. Tanto na capital como no interior é praticada cada vez mais a entrega por aplicativos, situação na qual ciclistas e motociclistas praticamente pagam para trabalhar e não possuem nenhuma garantia previdenciária em caso de acidente de trabalho, além de ficarem expostos a um sistema público de saúde cujo custeio



e investimento estão congelados por duas décadas. Com a promulgação do marco regulatório do saneamento básico no Brasil, o qual na prática significa a privatização do sistema, importante ressaltar que em Minas Gerais a privatização da Copasa, assim como da Cemig, devem submeter-se a plebiscito popular, conforme a Constituição estadual. Logo, é tarefa da AEMG e do PTMG impedirem que haja mudança no texto da Constituição estadual que mude essa regra, bem como mobilizem ao máximo a população para votar contra a privatização desses sistemas num eventual plebiscito estadual.

10. Na educação, diversas são as demandas históricas dos trabalhadores do setor, bem como dos alunos da rede estadual, em todos os níveis (fundamental, básico, médio e superior). Minas Gerais jamais terá uma educação pública de qualidade se os professores não forem devidamente valorizados, enquanto o desgoverno Zema não possui uma política minimamente decente de oferta universal do ensino público. Os professores não tem acesso a cursos de formação voltados para uma educação democrática e humanista, enquanto os livros didáticos são voltados para uma educação que tenha por objetivo final a inclusão no mercado de trabalho sem formar o cidadão. É preciso revitalizar o EJA (Educação de Jovens e Adultos), bem como garantir a laicidade do ensino. Durante as ocupações secundaristas de 2016, muito se reclamou da falta de estrutura nas escolas públicas (espaço de sala de aula adequado, precariedade de lousas e carteiras, dentre outros), de modo que o desgoverno Zema pouco ou nada faz sobre a referida demanda.

11. Em tempos de pandemia, os professores do estado são submetidos a um verdadeiro regime de sucateamento. A falta de uma regulamentação do trabalho remoto leva a condições precárias que abre brechas para que o mercado se apresente como solucionador das demandas, uma vez que o governo do estado não criou uma plataforma de ensino própria para o ensino remoto e permite que plataformas privadas dos grandes conglomerados da comunicação eletrônica sejam utilizadas e ao processar dados de professores e estudantes, os armazenem em seus bancos. Detalhe: tais plataformas, empresariais, não se adequam à realidade e necessidade do sistema público de ensino. A conversão do conteúdo educacional para uma modalidade genérica de ensino à distância, inventada às pressas durante a pandemia, mostra



que muitos estudantes de escola pública não estão incluídos digitalmente e com isso tenham o acesso ao que é ensinado em sala de aula é rudimentar, o que dificulta o aprendizado, situação na qual, inclusive, o estado deveria ofertar a conexão de internet para a realização dessas atividades, a qual fica a cargo do cidadão que, caso não a tenha, fica impedido de frequentar aulas do sistema público de ensino, cujo acesso é gratuito.

O papel da Articulação de Esquerda em Minas Gerais

1. Somos uma tendência petista que tem como principal objetivo interno tornar hegemônica no PT a estratégia democrático-popular e socialista. O fortalecimento da AE supõe o fortalecimento do PT.

Nossa capacidade de atingir este objetivo depende de que tenhamos mais força dentro do PT. E força significa, mais que tamanho numérico, capacidade de incidência política. Isso inclui, por um lado, fortalecer a AE, nos termos descritos nessa resolução e nas resoluções dos congressos da AE. Inclui, por outro lado, um diálogo com diversos setores do PT que mantém pontos de contato com nossas opiniões programáticas, estratégicas, táticas e organizativas.

2. Organizar o nosso auto financiamento para as atividades internas e externas, bem como contribuir com anuidade nacional da AE.

3. Se organizar nas frentes de esquerda, sindical, mulheres, juventude, meio ambiente, saúde, educação, habitação, saneamento básico, movimento popular, mobilidade urbana, dentre outras:

3.1. Lutar pela defesa da reforma urbana;

3.2. Lutar para que imóveis públicos vazios urbanos e privados cumpram sua função social e aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades em todos municípios de Minas Gerais;



3.3. Intensificar nossa intervenção na Juventude do PT nos níveis locais e estadual, intensificar nossa intervenção na UEE (União Estadual dos Estudantes) no movimento estudantil, principalmente onde já temos militância;

3.4. Consolidar os núcleos de saúde e meio ambiente da AEMG;

3.5. Organizar o setorial sindical da AEMG.

3.7. Se organizar para o encontro de mulheres do PT previsto para o ano de 2021.

4. Fomentar a discussão interna de forma democrática e participativa, sempre respeitando as diretrizes internas e a ética da AE e do PT.

5. Aumentar nossa intervenção na direção estadual do PT e nos diretórios municipais, fazer campanha de filiação ao PT pelo estado e qualificar o diálogo com a esquerda petista no estado.

6. Continuar a realizar e fomentar a formação de base (nos três níveis de militância), para dentro e fora do PT, tal como participar, mobilizar e articular essas tarefas e que ofereça uma exposição básica sobre a história do PT, da AE e de nossas resoluções e priorizar a formação de lideranças da tendência no estado.

7. Continuar sua organização para disputar as eleições, com os quadros que estão alinhados com nossa política interna e em diálogo permanente com a direção, priorizando os militantes orgânicos da AE.

8. Defender que o PT priorize a discussão para as eleições 2020 com campo democrático de esquerda e não se alinhe com bolsonaristas.



9. Organizar e fortalecer a construção da AE nos municípios mineiros em diálogo com seus militantes na cidade e com a direção estadual, bem como consolidar direções municipais em todos os municípios onde temos militância e aumentar nossa intervenção no estado, estando presente em todas as macro-regionais do PT que forem possíveis até o final de 2021.

10. Participar das atividades nacionais da AE e do PT.

11. Realizar a ampla divulgação do Página 13, manter a página no Facebook e do Instagram sob responsabilidade da Direção Estadual da AE, tal como, aumentar o número de seguidores das nossas redes sociais.

12. É dever e obrigação dos e das militantes da AE defender interna e externamente nossas posições, sem conchavos ou tentativas espúrias de articular acordos que não tenham sido previamente discutido e autorizado pelas instâncias superiores, sempre em concordância com nossas diretrizes internas.

13. Fora Bolsonaro, Fora Zema e seus governos golpistas.

Direção Estadual da AEMG

20 de agosto de 2020

Lilian Macena

Águida Helena Vieira

Janine Azevedo

Lucas Rafael Chianello

Fabício Trevisan

Bruno Mariano